

JUVENTUDE E ESPAÇOS SOCIAIS: UMA ANÁLISE CONCEITUAL¹

Tarciana Campos²

Alexandre Barbalho³

1 Introdução

Este artigo é um estudo teórico de análise de questões referentes ao conceito juventude. O texto conceitual constitui um suporte às investigações desenvolvidas durante o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará.

As investigações envolveram quatro grupos de estudantes de quatro instituições da rede pública de ensino da cidade de Fortaleza, que estavam envolvidos na gestão e produção em radioescolas. No ano de 2010, período de realização da pesquisa, as idades dos sujeitos que fizeram parte do estudo variavam entre 13 e 17 anos, enquanto as séries escolares variavam da 7^a à 9^a série.

Assim, para operacionalizarmos o conceito juventude com esses grupos, procedemos a um estudo teórico que nos levasse à compreensão de algumas questões. Quais são as condições em que uma sociedade constrói o seu referencial do que é juventude? Como se dá a circulação dos jovens sujeitos da pesquisa nos espaços sociais? A abordagem dessas questões é o que se segue neste artigo.

2 Condições de Construção de Referenciais de Juventude

Para compreendermos quais são as condições em que uma sociedade constrói o seu referencial do que é juventude, analisamos as leituras de Margulis e Urresti (2000), que abordam essa questão a partir da relação entre juventude e classes populares. Para os autores, algumas análises deixam de lado as diferentes maneiras de ser jovem nos diferentes setores sociais, o que leva até mesmo à negação da possibilidade de juventude aos setores populares.

¹ Pesquisa desenvolvida durante o curso de Mestrado no PPGCOM da Universidade Federal do Ceará com financiamento da bolsa Capes Reuni à autora principal do artigo e com orientação do professor doutor Alexandre Barbalho.

² Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará – PPGCOM/UFC.

³ Professor adjunto do PPG em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará e do PPG em Comunicação da Universidade Federal do Ceará e Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia.

Os autores propõem, portanto, uma recategorização do conceito de juventude que, em vez de isolar, considere relacionados este conjunto de aspectos: a idade cronológica, a questão geracional, a moratória social e a moratória vital. Passemos ao detalhamento de cada um deles.

Para os autores, a idade cronológica é o dado objetivo que não pode ser desconsiderado ao se tratar o conceito juventude. Ao encontro dessa ideia, Aquino (2009) define a questão etária como, além de dado concreto, algo que possibilita a operacionalização do conceito analiticamente. Essa operacionalização é definida de diferentes formas pelas legislações e instituições por meio de recortes etários.

Assim, se levamos em consideração o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criança é todo aquele com menos de 12 anos, enquanto os adolescentes são aqueles entre 12 e 18 anos. O ECA não define, portanto, uma faixa etária específica referente aos jovens. Essa questão traz uma peculiaridade para o cenário brasileiro em termos de discussão do conceito juventude, conforme nos explicam Andrade e Silva (2009, p. 48):

No Brasil, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, resultado de intensa mobilização da sociedade e de movimentos sociais vinculados à questão emblemática de meninos e meninas de rua na década de 1980, foi um marco importante para a questão juvenil, mesmo reconhecendo que seus avanços se aplicaram apenas aos jovens até a faixa etária de 18 anos incompletos. [...] Os jovens maiores de 18 anos ficaram fora do alcance das ações e dos debates sobre direitos e cidadania trazidos pelo ECA.

Segundo as mesmas autoras, no Brasil, as ações diretamente voltadas para grupos com faixa etária maior de 18 anos efetivaram-se mais fortemente na esfera federal a partir de 1997, embora muito focadas em uma abordagem de juventude como problema social. Enquanto isso, internacionalmente, essas ações eram desenvolvidas pela ONU, com repercussão especial em 1985, com o estabelecimento do Ano Internacional da Juventude.

Segundo Andrade e Silva (2009), no Brasil, em 2004, intensifica-se uma aproximação entre governo e movimentos sociais, trazendo como consequência a institucionalização da temática. Assim, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) surgem em 2005, definindo como jovens aqueles com idade entre 15 e 29 anos. Tal faixa é adotada na proposta de Estatuto da Juventude, em discussão na Câmara dos Deputados, com os subgrupos de 15 a 17 (jovem-adolescente), de 18 a 24 anos (jovem-jovem) e de 25 a 29 anos (jovem-adulto).

Voltamos a Margulis e Urresti (2000) para perceber que a passagem da questão etária como categoria estatística e biológica para uma categoria relacionada com a história e a cultura acende outro tema que deve ser levado em consideração ao se refletir sobre juventude: a questão geracional, segundo aspecto considerado pelos autores. A atenção a esse tema possibilita compreender que as diferentes gerações também apresentam diferenças no plano da memória. Ao encontro dos dois autores, Abramo (1994, p. 46) conceitua “geração” como “a possibilidade de problematização da herança cultural e a produção de um estilo peculiar de ‘sentir, pensar e agir’ por parte dos jovens de cada contexto histórico particular”.

O terceiro aspecto considerado por Margulis e Urresti (2000) refere-se à moratória social, termo cunhado por Erik Erikson (1976) e atualizado pelos autores para descrever um período de relativa despreocupação e de postergação do ingresso às responsabilidades da vida adulta. Os autores observam que a moratória social diferencia-se entre as classes médias, altas e populares, de modo que, em especial, as classes populares não podem gozar de períodos tão amplos de ócio ou de adiamento das responsabilidades dos adultos. O ingresso no trabalho, o casamento ou união, o nascimento de filhos, a falta de dinheiro são indicados como complicadores das devidas condições para uma possível moratória social. Os autores analisam ainda como os momentos de crise social, que causam desemprego, por exemplo, acabam proporcionando tempo livre aos jovens. Mas esse tempo livre menos que moratória social é caracterizado por frustração, culpa, impotência e sofrimento.

Para além da social, os autores caracterizam outra forma de moratória relacionada à juventude: a moratória vital. Esta possibilita pensar a juventude como um período da vida em que existe um excedente temporal, ou seja, uma maior probabilidade de distância da morte, da velhice e das doenças. Para os autores, a moratória vital confere sensações de invulnerabilidade e de segurança, pois a ideia da morte é distante, inverossímil e relacionada aos outros mais velhos (MARGULIS; URRESTI, 2000). Observamos que, apesar dos autores considerarem a moratória vital como um dos aspectos importantes para uma recategorização da juventude, é importante destacar que outros estudos relacionam juventude exatamente com problemáticas que se referem à morte, como a violência ou doenças sexualmente transmissíveis. Como exemplo, dados da PNAD e IBGE do período entre 2004 e 2006, referentes às mortes exclusivamente por homicídio, trazem uma taxa para os jovens brancos

do sexo masculino de 63,9 por 100 mil habitantes, para os jovens pretos essa taxa foi de 135,3 e para os pardos, 122,8 (AQUINO, 2009).

Apesar de considerarmos essa restrição ao aspecto da moratória vital, chegamos à proposição de Margulis e Urresti, que indica como as diferentes incidências dos aspectos citados modificam as modalidades sociais de ser jovem, o que possibilita reconhecer que as classes populares também têm seus jovens. Considerar as variáveis nos aspectos citados possibilita ainda reconhecer que há diferenças entre ser jovem e apresentar-se juvenil.

Destaque-se que, para os autores, os meios de comunicação contribuem para tornar essas percepções menos visíveis, uma vez que os modelos midiáticos de jovens se inspiram nas classes médias e altas. Como resultado desse processo é possível que os setores populares identifiquem o ser jovem com modelos televisivos, nesse caso, excluem a si mesmos a atribuição de juventude.

Há outras variáveis que incidem na condição da juventude, e esta é também acessível a outras classes sociais, porém sob outras modalidades, sem tanto acesso ao juvenil *massmediatizado*, à moratória social, seus signos e seus privilégios; mas, contudo, essas classes têm seus jovens (que nem sempre se apresentam juvenis), que são considerados como tal em seu meio social e entre as instituições a que pertencem (MARGULIS; URRESTI, 2000, p. 29, nossa tradução)⁴.

Portanto, o embasamento teórico dessas análises, durante a visita aos bairros e escolas públicas que fizeram parte da pesquisa de mestrado, possibilita-nos perceber a importância de olhar com sensibilidade e crítica as relações dos sujeitos com suas famílias, professores da escola e vizinhos. Nossa leitura dos autores citados mostra que também essas relações podem nos dizer quem dos sujeitos é referenciado como jovem. Além disso, essas relações podem apontar o que se espera daqueles sujeitos, bem como o que eles mesmos esperam de si. As análises dos autores também direcionam nossa atenção para a possibilidade de não encontrarmos sujeitos vivendo uma situação de moratória social ampla e com privilégios, mas sim, sujeitos que precisam conciliar trabalho e estudo; que têm acesso ao lazer de forma restrita; enfim, que vivem sua juventude em contextos de diferenças culturais e desigualdades

⁴ Conforme o original: “Hay otras variables que inciden en la condición de la juventud, y ésta es también accesible para otras clases sociales, solo que bajo otras modalidades, sin tanto acceso a lo juvenil *massmediatizado*, a la moratoria social, sus signos y sus privilegios; pero, sin embargo, también estas clases tienen sus jóvenes (que no siempre se presentan juveniles), que son considerados como tales en el marco de su medio social y de las instituciones a las que pertenecen” (MARGULIS; URRESTI, 2000, p. 29).

sociais. Nossa interpretação dos autores citados nos desafia a entender o que é de fato juventude para os sujeitos dos bairros populares e escolas públicas pesquisadas.

Voltamos ainda para a questão proposta pelos autores Margulis e Urresti (2000), quando se referem à ideia de um “juvenil *massmediatizado*”. Tal expressão, no contexto brasileiro, remete-nos a programas televisivos, em especial, os ficcionais, em que os personagens vivem contextos de pleno acesso a escola, atividades esportivas, cursos de idiomas, *shoppings*. Fischer (2005) foca sua atenção em um desses programas, a telenovela *Malhação*. Observamos que a autora adota o termo adolescente, mas descreve processos que vão ao encontro de Margulis e Urresti (que tratam de juventude). Sobre *Malhação* concordamos com as reflexões da autora, ao descrever a série como “programa que reitera o quanto adolescente é um ser de classe média, que se reduz a sexo, a escolhas amorosas, a escola, a conflitos familiares [...]” (FISCHER, 2005, p. 48).

Com relação a publicações impressas, podemos citar dados produzidos pelo relatório *A mídia dos jovens*, que analisou suplementos e seções de jornais e revistas de todo o Brasil no biênio 2005/2006⁵. Os dados trazem a temática educação na liderança das coberturas, presente em 27% de todo o material analisado em 2006. A violência foi debatida em apenas 0,58% dos textos referentes a 2005/2006, de modo que a pesquisa também indica uma redução de mais da metade do volume de reportagens sobre o tema no período analisado. Questões relacionadas à gravidez e *Aids* aparecem em menos de 1% do material elaborado em 2005 e 2006. No entanto, esses temas têm destaque nas “Colunas de consulta”, que publicam respostas a perguntas enviadas por leitoras e leitores. Nessas seções, gravidez constou na pesquisa como o terceiro assunto mais debatido, enquanto *Aids*, o quarto. A diferença quantitativa de temáticas na comparação entre reportagens e sessões voltadas para tirar dúvidas dos leitores chama nossa atenção para a importância da participação dos jovens na escolha dos temas que lhes interessam para discussão, o que poderia mudar grande parte do perfil editorial das publicações. A pesquisa elaborada pela Andi aponta lentas modificações nesse sentido, ressaltando a constituição de conselhos editoriais formados por jovens (ANDI; INSTITUTO VOTORANTIM, 2007).

⁵ O relatório foi desenvolvido pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) e pelo Instituto Votorantim. A análise se concentrou em suplementos/seções de jornais e revistas do biênio 2005-2006, sendo 21 suplementos/seções em 2006, e 22, em 2005. O número de revistas manteve-se em quatro, em ambos os anos.

Por fim, com relação ao rádio, acompanhamos Baumworcel (2008), que identifica rejeição por uma grande porcentagem de jovens a programas cujos conteúdos se concentram na troca de informações e não em programações musicais.

A questão é que os jovens que ouvem rádio não buscam notícias. De acordo com outra pesquisa *Juventude brasileira e democracia*, realizada pelo IBASE e PÓLIS, entre julho de 2004 e novembro de 2005, a juventude realmente não se informa pelo rádio. Ao ouvir 8000 jovens, numa primeira fase, e 913 na segunda, através de Grupos de Diálogos, entre 15 e 24 anos, em sete Regiões Metropolitanas e no Distrito Federal, a pesquisa constatou que 85,8% desses jovens têm interesse em se informar sobre o que acontece no mundo, mas apenas para 49% o rádio representa um meio de informação (BAUMWORCEL, 2008, p. 2).

Enumeramos, portanto, alguns poucos aspectos que para nós são significativos para pensar algumas das formas que esse “juvenil *massmediatizado*” se apresenta nas mídias televisivas, bem como as relações estabelecidas com as mídias impressas e radiofônicas. Sobre tais relações, acrescentamos a percepção de Fischer, que considera a estreita imbricação entre vidas vividas e vidas narradas no espaço midiático. Para a autora, importa analisar o que as “vidas vividas têm a dizer sobre como são narradas” (FISCHER, 2005, p. 48), assim como de que forma “códigos sociais e culturais, visíveis e vividos no interior dos diferentes espaços sociais constituem, pautam, normalizam e normatizam não só a própria criação, a elaboração das narrativas, como ainda o modo pelo qual elas são lidas, percebidas, recebidas” (FISCHER, 2005, p. 48).

Neste artigo, focamos nossa atenção em partes das vidas vividas de jovens sujeitos em bairros populares de Fortaleza e em escolas públicas. São esses jovens os sujeitos centrais desta pesquisa. Jovens estudantes de escolas públicas e residentes de bairros populares da cidade. Para as autoras Kuasñosky e Szulik (2000), é fundamental compreender o mundo desses jovens, uma vez que a exclusão não é momento passageiro, e sim parte constitutiva do processo social que vivemos. Portanto, em direção a essa compreensão, partimos para uma análise conceitual sobre os espaços sociais por onde circulam esses jovens.

3 Espaços Sociais de Circulação dos Sujeitos da Pesquisa

Seguiremos com Bourdieu (2000) para tratar o conceito espaços sociais. Conforme o autor, o mundo social pode ser representado como um espaço com várias dimensões. Essa interpretação impede a redução do campo social apenas ao econômico, considerando também

as dimensões do cultural e do simbólico. Além disso, o espaço social é construído por meio de princípios de diferenciação entre os agentes. Essa diferenciação se dá de acordo com o capital que possuem e a composição desse capital – ou seja, trata-se de verificar em conjunto as diferentes espécies de capital dos agentes, que pode ser econômico (propriedades materiais), cultural (títulos escolares etc.) e simbólico (reputação, fama etc.).

Relacionando tal análise aos bairros onde estão localizadas as escolas que fazem parte desta pesquisa, verificamos quanto famílias de bairros periféricos de Fortaleza primam pela dimensão do capital cultural, especialmente por meio da prática comum de matricular as filhas e os filhos na escola. Fruto de constantes reivindicações, o acesso à educação é direito formalizado em legislações, inclusive, com detalhamentos que orientam a presença de instituições educacionais próximas às comunidades.

No entanto, realizada a matrícula escolar, pesquisas em educação apontam desafios ao investimento na escola por parte das classes menos favorecidas. É o que avaliam os autores Catani e Pereira (2002, p. 116):

A situação dos agentes das posições mais baixas do espaço social é inteiramente outra: embora existam esperanças de agregar capitais pela via escolar, suas estratégias escolares são vagas e nebulosas (regularmente não encontram em casa apoio material nem sentido cultural para os estudos); suas chances objetivas de êxito (boas notas, boas escolas, recomendações, diplomas, pós-graduações) são baixas. Isso deve ser creditado não a características inerentes a esses agentes, mas sim ao fato de que a posição social ocupada e as disposições, produto e condição dessa posição (tanto deles quanto de suas famílias), não os autorizam a maiores ambições simbólicas.

Essa percepção teórica pode ser relacionada à fala da vice-diretora de uma das escolas da pesquisa ao relatar: “O contexto social da escola é diferente do que a gente foi criado [refere-se a mim como pesquisadora e ao corpo de professores da escola], há falta de perspectivas das famílias e os estudantes vêm mais pelo Bolsa Família”⁶.

No entanto, durante nossa pesquisa empírica não ouvimos opiniões convergentes com a da vice-diretora. Os estudantes relataram a importância dada pela família ao estudo formal,

⁶ Relato registrado em diário de campo na ocasião da visita à escola no dia 4 de fevereiro de 2010. O principal objetivo dessa visita foi conversar com o corpo diretor da escola para apresentar a pesquisa e indagar os dados gerais do contexto específico daquela escola. A vice-diretora cita o Bolsa Família, programa do governo federal de transferência direta de renda, como principal interesse dos responsáveis em matricular os jovens na escola. Por conta da observação da vice-diretora, entendemos como importante investigar com os estudantes que referências eles têm sobre o auxílio governamental, de modo que foi inserida uma questão específica sobre o assunto no roteiro utilizado durante rodas de conversa com os estudantes.

de forma que, mesmo antes da vigência do programa federal, os pais faziam questão que as filhas e os filhos estudassem. Portanto, independentemente do auxílio, os jovens da pesquisa frequentam a escola. Ainda conforme os estudantes, o dinheiro recebido auxilia nas despesas da casa de forma geral. Em algumas das famílias, o recurso é gasto para proporcionar as condições de estudo, assim como as passagens de ônibus para ida e volta da escola.

Além disso, observamos em Peruzzo (2007) que a participação em processos de comunicação, tais como rádios comunitárias ou radioescolas, pode até mesmo “apontar a alguns jovens novos rumos para o estudo e atividades profissionais, como a prática vem demonstrando” (PERUZZO, 2007, p. 83). Nesse sentido, durante a pesquisa, tivemos contato com a intenção de quatro dos jovens de exercerem profissionalmente o jornalismo ou radialismo, embora não seja esse o objetivo das radioescolas instaladas nas instituições de ensino.

Portanto, todos os sujeitos que fazem parte desta pesquisa circulavam pelo espaço social da escola pública, seja frequentando o ensino fundamental, seja o ensino médio, ao longo do período de investigação. Inclusive, como as escolas onde foram instaladas as radioescolas são de ensino fundamental, acompanhamos a saída de alguns dos grupos para outras escolas, bem como a situação de fragilidade em que fica a radioescola diante da saída dos estudantes mais envolvidos.

Observamos que a frequência escolar, em especial nos horários diurnos, é um importante referencial para a construção social por parte da comunidade de quem é jovem e quem não é. Afinal, a ida para a escola de manhã, à tarde ou mesmo período integral, bem como o envolvimento em projetos realizados para além dos horários de aula funcionam como indicativos de que os estudantes não estão trabalhando nesses períodos. Daí que ouvimos em duas das escolas a referência de que nos horários noturnos havia mais os adultos, que precisavam trabalhar de dia e estudar à noite. Os horários diurnos são, portanto, para aqueles que podem apenas estudar. No entanto, verificamos ainda, durante as visitas, que mesmo o turno da tarde é considerado como período de maior evasão na escola pública e de maiores índices de distorção idade-série.

Mas, especificamente, em relação aos sujeitos do estudo, como circulam por espaços de socialização, tais como a escola? Todos os estudantes que participaram da pesquisa,

concedendo-nos seus relatos, moram na cidade de Fortaleza, em bairros próximos às escolas onde estudam, e costumam ir a pé ou de bicicleta para as aulas.

Em uma dessas escolas, há divergências, por exemplo, em torno do nome do bairro onde os estudantes moram. Para uma parte do grupo trata-se do Passaré, para outra, Barroso. As diferentes respostas motivam comentários tanto sobre a grande proximidade entre os dois bairros – causa de certa confusão para definir os limites entre um e outro – quanto sobre as desvantagens de se dizer morador do Barroso, mais identificado com a violência. Semelhante indefinição quanto à identificação do bairro se estende à escola dessa região. Registros com o endereço formal da escola informam bairro Passaré, no entanto, numa ocasião recente em que a escola foi assaltada, os noticiários da cidade identificavam o bairro como Barroso⁷. A situação exemplifica como as narrativas midiáticas podem reforçar uma determinada imagem de um bairro, por exemplo, uma imagem extremamente ligada à violência, ao passo que os moradores permanecem numa indefinição sobre como nomear seu lugar ou mesmo numa tentativa de não ser identificado com o lugar da forma como é apresentado na mídia.

Sobre tal processo, Abramovay (2004, p. 20) diz que “a política urbana e os meios de comunicação desempenham um papel central na criação e difusão de normas excludentes”. A autora cita a política urbana como processo de construção urbanística e arquitetônica que envolve privatizações de espaços públicos e criação de espaços voltados prioritariamente para o consumo, onde é proibida a circulação de determinados grupos. A constatação é de que “a diferenciação e a separação social são fenômenos característicos de todas as grandes cidades” (ABRAMOVAY, 2004, p. 37). Por fim, a autora indica um processo de recolhimento ou isolamento dos indivíduos nas grandes cidades: “Existe um alheamento do outro, e a exclusão e a diferença geralmente caminham junto com o ensimesmamento, de tal forma que a cidade é controvertida tanto no âmbito da produção acadêmica como nas representações da mídia e dos seus próprios habitantes” (ABRAMOVAY, 2004, p. 38).

No caso dos espaços sociais analisados nesta pesquisa, de acordo com o plano político-pedagógico de uma das escolas, a criação desta está relacionada com a formação do Conjunto Barroso II, conjunto habitacional, localizado no bairro Barroso, construído em regime de mutirão. A construção do conjunto habitacional foi iniciada em 1999 com o apoio

⁷ O assalto ocorreu em maio de 2010, durante uma celebração na escola. Segundo a cobertura noticiosa, as cerca de 50 pessoas que estavam na escola no momento foram rendidas e pertences como celulares e carteiras foram levados. Além de destacar a vulnerabilidade da escola, a cobertura evidenciava a violência no bairro Barroso.

de lideranças comunitárias. Na área onde é hoje a escola, funcionava um campo comunitário de futebol. A partir do ano 2000, com a liberação desse terreno pelo governo do estado, foi iniciada a construção da escola. As aulas iniciaram em 2001. Atualmente a escola é classificada como de grande porte, recebendo na sede 1.235 estudantes.

O Barroso faz parte da Secretaria Executiva Regional VI – SER VI. Acompanhando os autores Santos, Silva e Zanella (2008, p. 55), observamos que “a estratégia de dividir a cidade em regionais surgiu quando os diversos problemas da capital cearense atingiram grandes proporções e exigiram tratamentos diferenciados, pois as situações sociais e ambientais de cada bairro foram e ainda são diferentes”. Levando-se em consideração essas diferenças, importa destacar que o bairro citado está localizado na regional que apresenta os piores índices sociais. Segundo os dados levantados pelos autores, a população residente na SER VI é de 390.589 habitantes, enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano referente à regional é de 0,462, considerado baixo⁸. Outro índice preocupante se refere ao esgotamento sanitário, apresentado em apenas 22% da Regional VI. Um último índice levantado se refere ao poder aquisitivo médio dos responsáveis pelos domicílios, calculado a partir da média dos rendimentos mensais, tomando como base o valor do atual salário mínimo. Na SER VI, essa média foi de R\$ 748,90 por habitante. Se compararmos os índices citados com os indicadores sociais da SER II, perceberemos mais claramente as desigualdades da cidade. Na SER II, o IDH registrado é de 0,693; o índice de esgotamento sanitário é de 64,60% e o poder aquisitivo médio dos habitantes é de R\$ 1.979,49.

Também na Regional VI, no bairro Conjunto Palmeiras, encontra-se outra escola que fez parte das investigações. Tal como a primeira, a história dessa segunda escola está intimamente ligada com a formação do bairro. Segundo o plano político-pedagógico da instituição, na década de 70, por conta das chuvas na cidade, comunidades no bairro Pirambu, entre outras, encontraram-se inundadas e os habitantes sem moradia. A prefeitura providenciou então o deslocamento dessa parte da população para a área hoje conhecida como Conjunto Palmeiras. O plano explica que o terreno era areado e formado por grande quantidade de mangueiras e palmeiras de coco babaçu, daí a origem do nome do bairro. As

⁸ O índice de desenvolvimento humano (IDH) foi criado pela Organização das Nações Unidas. O IDH avalia aspectos da educação com relação à matrícula e taxas de alfabetização, renda *per capita* e expectativa de vida ao nascer. Para cada região avaliada, o índice pode variar de 0 a 1.

atividades na escola tiveram início em 1974. Atualmente, trata-se de uma escola de grande porte que atende 1.548 estudantes.

Saindo da região sul da cidade rumo ao oeste, chegaremos à terceira escola desta análise. Localizada na Secretaria Executiva Regional I, a escola faz parte do bairro Jardim Guanabara. Segundo o IBGE, em 2000, a população do bairro era de 14.489 habitantes. Novamente seguindo com Santos, Silva e Zanella (2008), observamos que fazem parte da Regional 340.134 habitantes. O IDH é avaliado em 0,483, enquanto que o índice de esgotamento sanitário apresenta-se em 57,90% da regional. O poder aquisitivo médio dos habitantes é de R\$ 601,25. Levando-se em consideração esses índices, observamos que a SER I apresenta dados semelhantes em relação a SER III, onde fica localizada a quarta escola deste estudo. A escola faz parte do bairro Bela Vista, onde vivem 15.850 habitantes, segundo o IBGE 2000. O número de habitantes de toda a regional é de 340.516. O IDH é avaliado em 0,495, o índice de esgotamento sanitário apresenta-se em 39,90% da regional, e o poder aquisitivo médio está em R\$ 692,61 por habitante.

Esses dados quantitativos representam alguns dos elementos de cada região onde vivem os estudantes sujeitos desta pesquisa. Destacamos com Abramovay as dificuldades enfrentadas no cotidiano nessas regiões:

A vida na periferia impõe uma existência marcada pela rotina, com graves limitações às atividades de lazer, seja pelas precárias condições de infra-estrutura das cidades, seja em virtude da falta de dinheiro. De fato, esses jovens contam com poucas possibilidades de diversão, de praticar esportes e de utilizar, de maneira geral, a criatividade. [...] A rotina é pontuada pela ida à escola, encontros com as galeras nas ruas, reuniões nas casas de amigos” (ABRAMOVAY, 2004, p. 49-50).

As precárias condições não se limitam à infra-estrutura das cidades, atingindo também a área da segurança pública, saúde, trabalho e emprego. Diante desse contexto, Carrano e Sposito (2003, p. 21) analisam:

Nesse processo é possível reconhecer que, em muitas formulações [de políticas], a própria condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo, requerendo, portanto, estratégias de enfrentamento dos “problemas da juventude”. Isso se expressa, por exemplo, na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente aos moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras.

Ao encontro dessa crítica, Novaes (2009) contextualiza a década de 80 como marcada pelo início da recessão e da expansão da pobreza não só no Brasil, mas também na América Latina. Os países contraíram dívidas externas e os governos adotaram políticas de ajuste. Na mesma época, a autora identifica o desenvolvimento de políticas compensatórias de transferência de renda para os mais pobres por meio de programas alimentares e empregos temporários. Num contexto em que a meta dos governos é o crescimento econômico, os discursos caracterizam os jovens como força de trabalho. A autora indica a existência de projetos de capacitação ocupacional e inserção produtiva com ênfase no chamado empreendedorismo juvenil. Destaque-se a referência da autora a parcerias entre instituições internacionais, ONGs e governos na execução de programas e projetos sociais de capacitação de jovens em diferentes países da América Latina.

Para Novaes (2009), nesse cenário, a preocupação com a violência é uma constante. A escola, a participação dos jovens em atividades culturais, além de políticas focalizadas para o alívio imediato da pobreza são menos direitos e mais instrumentos voltados para o combate à violência. A referência é de que a juventude deve se manter ocupada.

Um contraponto a esse tipo de formulação política é apresentado por Carrano e Sposito (2003), ao chamarem a atenção para a necessidade de ir além das abordagens que pensam os jovens unicamente sob o prisma da segurança pública e da assistência social, pensando-os sim enquanto sujeitos autônomos e interlocutores no desenvolvimento de políticas e ações a eles destinados.

4 Considerações Finais

Analisar teoricamente os conceitos juventude e espaço social nos permitiu destacar o quanto o enfoque da violência marca a formulação de algumas políticas públicas voltadas para os grupos juvenis. Os jovens são pensados “como um grupo em situação de risco que precisa de atendimento” (UNESCO, 2004, p. 99). Além disso, as atenções e tensões na implementação de projetos sob esse prisma se concentram em espaços sociais com os menores índices de desenvolvimento econômico e social, tais como bairros periféricos das grandes cidades.

No entanto, segundo a Unesco, no início da década de 90, tal forma de compreensão passa a coexistir com outro enfoque, que destaca os jovens como sujeitos de direitos,

“adotando a perspectiva de trabalho sugerida no âmbito da Convenção Internacional dos Direitos da Criança” (UNESCO, 2004, p. 99). Inclusive, a ratificação dessa convenção no Brasil ocorre em paralelo com a entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Conforme a Unesco, a primeira década do século XXI acompanha um processo em que esse segundo enfoque confere cada vez mais ênfase à noção de sujeitos de direitos de forma ampliada, na medida em que considera a perspectiva da participação e da interlocução no desenvolvimento e na avaliação das políticas. Para a Unesco, as práticas políticas que levam em consideração esse enfoque nos colocam diante de um novo paradigma: “A referência é uma política de/para/com juventude. [...] as proposições de/para/com têm sentido de qualificar um novo paradigma em que se sublinha a integração” (UNESCO, 2004, p. 100).

Ainda segundo a Unesco (2004), um panorama sobre as condições de desenvolvimento de políticas públicas aponta um processo de direcionamento de ações para setores juvenis com maiores carências e indica uma descentralização da gestão pública, o que potencializa o desenvolvimento de ações municipais.

Com as leituras apresentadas, observamos o quanto as questões referentes ao conceito juventude neste texto extrapolam a dimensão etária e da trajetória escolar. Desse modo, percebemos como necessário considerar também as diferentes práticas e percepções dos jovens não só no que se refere à elaboração de políticas públicas, mas também no próprio desenvolvimento do fazer científico ao abordar as temáticas e grupos juvenis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. **Cenas juvenis; punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Escrita, 1994.

ABRAMOVAY, M. et al. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

ANDI; INSTITUTO VOTORANTIM. **A mídia dos jovens**. Ano 9, n. 12, nov. 2007. Disponível em: <http://www.andi.org.br/_pdfs/midia_jovens_10anos.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2010.

ANDRADE, C. C.; SILVA, E. R. A. da. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: ANDRADE, C. C. de; AQUINO, L. M. C. de; CASTRO, J. A. de (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

AQUINO, L. M. C. de. Introdução. In: ANDRADE, C. C. de; AQUINO, L. M. C. de; CASTRO, J. A. de (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

BAUMWORCEL, A. Reflexões sobre a relação entre a juventude e o rádio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO: Intercom, 31., 2008, Natal. **Anais...** Natal: Intercom, 2008. p. 1-13.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CARRANO, P. C. R.; SPOSITO, M. P. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, SP, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.

CATANI, A. M.; PEREIRA, G. R. **Espaço social e espaço simbólico: introdução a uma topologia social**. Florianópolis: Perspectiva, v. 20, p. 107-120, jul./dez. 2002. Número especial.

ERIKSON, E. H. **Identidade: juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FISCHER, R. M. B. Mídia e juventude: experiências do público e do privado na cultura. **Cadernos CEDES**, v. 25, n. 65, p. 43-58, abr. 2005.

KUASÑOSKY, S.; SZULIK, D. Qué significa ser mujer joven em um contexto de extrema pobreza? In: ARIOVICH, L. et al. **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Biblos, 2000.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: ARIOVICH, L. *et al.* **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Biblos, 2000.

NOVAES, R. C. R. Prefácio. ANDRADE, C. C. de; AQUINO, L. M. C. de; CASTRO, J. A. de (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

PERUZZO, C. M. K. Rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento. In: PAIVA, R. (Org.). **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 69-94

SANTOS, G. O.; SILVA, L. F da.; ZANELLA, M. E. Correlações entre indicadores sociais e o lixo gerado em Fortaleza. **Rede**: revista eletrônica do Prodema. Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 45-63, jun. 2008.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: Unesco, 2004.